

## CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS NA RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

HANDFAS, Anita – UFRJ – [ahandfas.bol@uol.com.br](mailto:ahandfas.bol@uol.com.br)

GT: Trabalho e Educação / n.09

Agência Financiadora: Sem Financiamento

### 1. Introdução

O objetivo deste texto é discutir, no plano da teoria, algumas questões concernentes à relação entre trabalho e educação. A questão fundamental que orienta o trabalho é a de saber quais as implicações teórico-metodológicas do emprego da noção de *homem* nos estudos que tratam desta temática.

O problema a ser analisado pode ser enunciado da seguinte maneira: a assimilação equivocada da relação entre trabalho e educação nos estudos que buscam fazer a crítica às concepções da economia política burguesa da educação; e sua problematização se deve ao fato de que ao buscar os elementos teóricos da investigação das atuais condições capitalistas de produção e os seus efeitos na educação do trabalhador, passei pela análise de elaborações que, fazendo uso do referencial teórico marxista, respaldam as explicações que apontam para um desvínculo essencial entre a concepção burguesa de trabalho que o reduz a uma mercadoria, e a concepção que vê no trabalho uma relação social fundamental que define o modo humano de existência.

Tais elaborações teóricas apóiam-se na noção de homem para a compreensão de todas as formas de sociabilidade na sociedade contemporânea. Nessa direção, a noção de trabalho surge como o elo de ligação entre o homem e a natureza, constituindo-se na própria essência humana. Como decorrência desse pressuposto, a questão central por onde passam as análises é identificada na ocorrência de um desajuste entre a essência humana e a sociedade capitalista.

Diagnosticando a contradição entre trabalho e educação, na sociedade capitalista, como a alienação do homem de sua própria essência, na medida em que o trabalho perderia seu caráter emancipador, e argumentando que a libertação do homem e a sua desalienação frente ao trabalho só seriam possíveis mediante a superação das relações sociais capitalistas de produção, essas interpretações acabam por não apreender

as determinações políticas, econômicas, sociais e ideológicas desses dois pólos contraditórios.

A questão que se coloca, então, é a de compreender os motivos desses limites, já que, do ponto de vista teórico, essas interpretações empregam o marxismo como referencial analítico. Ou seja, sendo o marxismo, no meu entender, a teoria capaz de compreender cientificamente a realidade, como explicar o fato de que tais análises não estariam alcançando tal compreensão?

Encontrei em Louis Althusser uma importante contribuição teórica para ajudar a esclarecer tal paradoxo. Ele vai justificar a ocorrência de controvérsias no interior da teoria marxista por meio da distinção entre a problemática e a teoria. A problemática é o conjunto de questões ou as perguntas por onde a reflexão teórica vai encontrar o caminho para se desenvolver. Sendo anterior à teoria, a problemática se refere ao lugar de onde as perguntas são formuladas, conduzindo, assim, o processo de reflexão teórica. Com base nessa distinção entre teoria e problemática é que podemos afirmar que teorias distintas podem pertencer a uma mesma problemática, desde que as questões ou as perguntas venham a ser formuladas de um mesmo lugar.

Essa formulação diz respeito à maneira como Althusser interpretou a teoria marxista. Para ele, a trajetória teórica de Marx teria sido marcada por uma ruptura entre a fase dos primeiros escritos de Marx, quando ele ainda estaria influenciado por noções ideológicas e a fase de elaboração da ciência da história – do materialismo histórico. De acordo com esse pressuposto, ao formular a teoria da história, Marx teria substituído as velhas categorias filosóficas por conceitos inéditos na antiga concepção. Assim, Marx teria mudado de terreno na medida em que, onde antes falava de homem, de necessidade, de alienação, de roubo, de injustiça, de espírito, de liberdade, passou a falar de modo de produção, de forças produtivas, de relações de produção, de formação social, de infraestrutura, de superestrutura, de ideologias, de classes e de luta de classes.

Subjacente a essa proposição está a idéia de que as mudanças conceituais produzidas por Marx não são resultado somente de um amadurecimento teórico deste autor, em função de seu esforço individual e portanto isolado das circunstâncias históricas, políticas e sociais de seu tempo. Ao contrário, a compreensão de que a

trajetória teórica de Marx foi marcada por uma ruptura faz alusão a uma tomada de posição teórica, e sobretudo, política de Marx, ao se engajar nas lutas revolucionárias de seu tempo e se colocar do lado do proletariado. Nessa direção, a elaboração do materialismo histórico só foi possível a partir dessas condições e representou uma crítica radical à ideologia burguesa, transformando-se no principal instrumento teórico, político e ideológico a serviço da organização e da tomada do poder pelo proletariado<sup>1</sup>

A partir dessas considerações, a hipótese que apresento para a discussão é a de que os limites na apreensão da dinâmica das mudanças nas condições de produção e a educação do trabalhador se devem justamente em função dos estudos críticos terem no homem a sua categoria central de análise. Nessa perspectiva, pretendo demonstrar que a recorrência sistemática da categoria de homem nesses estudos insere-se na problemática do humanismo teórico que, na trajetória teórica de Marx, corresponderia a sua fase antropológica, a partir da qual se estruturaria o campo das noções de essência humana, alienação e emancipação humana, noções estas que estariam relacionadas aos primeiros escritos de Marx - 1843-1844, fase em que este autor ainda estaria envolto na mesma problemática de Feuerbach.

É importante esclarecer a acepção do conceito de humanismo teórico aqui empregado. Como sabemos, no plano da crítica política, podemos estabelecer uma distinção entre um humanismo de caráter conservador e um humanismo crítico. Entretanto, no plano da teoria, os limites se colocam quando essas ideologias humanistas passam a servir de referência básica para determinadas construções teóricas, daí a denominação de humanismo teórico.

A questão que se coloca, então, é a de saber que implicações o emprego de certas noções ancoradas no humanismo teórico podem trazer para os estudos do campo trabalho e educação. Do ponto de vista teórico e metodológico, proceder a determinadas

---

<sup>1</sup> Longe de ser consensual, a questão da trajetória teórica de Marx é discutida e interpretada de diferentes maneiras no interior do marxismo. Para alguns autores, Marx nunca teria abandonado a problemática do humanismo, justamente por ser este inerente à própria essência da teoria marxista. Nesse sentido, esses autores reivindicam para a teoria marxista o humanismo, em contraposição ao humanismo burguês, de caráter ideológico e ahistórico. Não será objeto do presente trabalho o aprofundamento desta questão.

análises tendo como base conceitual aquela desenvolvida pelo jovem Marx não poderia comprometer a compreensão do próprio objeto de estudo?

Sem pretender aprofundar as questões aqui colocadas, o propósito deste trabalho é o de apresentar brevemente as duas problemáticas que teriam percorrido a trajetória teórica de Marx, para, nas conclusões, levantar algumas questões relativas à apreensão teórica e metodológica da relação entre trabalho e educação.

## 2. O humanismo teórico

A tese althusseriana do humanismo teórico situa em Feuerbach o encontro de Marx com o homem. Como explicar um Estado que, a despeito de se julgar ser a razão e a liberdade, praticava a desrazão e o despotismo? Para a contradição razão-desrazão, Feuerbach apresentava a solução de uma teoria da alienação do homem. Nessa direção, ao invés da superação do idealismo hegeliano, Feuerbach limitou-se a inverter Hegel, abandonando a Idéia e colocando em seu lugar o Real Sensível, o Homem, o Concreto.

No período jovem de seus escritos, a alienação desempenhou um conceito chave na elaboração teórica de Marx. Em *A questão judaica*, Marx procurou analisar os fenômenos sociais à luz desse conceito, relacionando as condições materiais da sociedade com as condições espirituais e institucionais. Para Marx, a alienação era o resultado das relações entre a propriedade privada, o dinheiro e a mercadoria, por um lado, e a religião e o Estado, por outro, e, nesse sentido, a perda de sua essência devia-se, fundamentalmente, à submissão do homem aos interesses privados, que os dissociava dos interesses da comunidade. A necessidade da emancipação humana é colocada nos termos da perda de uma essência que necessitava ser recuperada.

Nos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, a fundamentação da alienação parece ganhar um novo significado. A introdução da economia política fez intervir na análise da sociedade capitalista o conceito de trabalho alienado. Assim, a essência humana seria o trabalho, no sentido de auto-criação humana, que segundo Marx, estaria alienado porque a alienação seria a submissão do trabalhador ao não trabalhador. Note-se que, não obstante a introdução de elementos da economia política, os *Manuscritos* é um texto que ainda está assentado numa concepção genérica do homem. A relação entre a

alienação e a essência humana aparece quando Marx argumenta que o homem, ao se tornar individualista, se descola do gênero. A própria constatação de que o homem se aliena em relação ao gênero quando o não trabalhador subjuga o trabalhador, ainda que faça uma alusão às classes em conflito, permanece nos limites da idéia do altruísmo, da solidariedade e da harmonia entre o homem e a natureza. Assim, o trabalho alienado seria a expressão desajustada do trabalho como elemento da essência humana, uma vez que ele estabelece uma relação desarmônica entre os homens e entre estes e a natureza, produzindo uma sociedade não solidária, assentada no estranhamento do ser humano consigo mesmo e com os objetos que ele produz.

A ruptura de Marx com o humanismo teórico é identificada por Althusser a partir das *Teses sobre Feuerbach* e de *A ideologia alemã*, ambas escritas em 1845. Ao abandonar a teoria da essência do homem e se voltar à teoria da sociedade Marx, de fato, avança definitivamente em direção do materialismo histórico, pois os objetos deixam de representar a objetivação da essência do homem para assumir uma dimensão que abarca as relações em todo o seu conjunto.

Assim, em *A ideologia alemã* o homem já não exerce mais o papel central, mas os indivíduos reais, vivendo em determinadas condições sociais e históricas. A ruptura que se processa com a concepção anterior de Marx tem consequências decisivas em sua obra, pois representa a sistematização de todo o sistema teórico sobre o qual se assentaram as bases da teoria da história - o materialismo histórico - e a filosofia marxista - o materialismo dialético.

De fato, é possível contrastar o pensamento de Marx em que predominava a concepção antropológica da história, com o período em que ele elaborou a teoria da história.

### **3. O materialismo histórico**

Em várias passagens de seus escritos, Marx e Engels deixaram claro o pressuposto fundamental de sua teoria: que toda formação social necessita produzir e reproduzir as condições de sua existência. Qualquer forma de produzir e reproduzir as condições de existência de uma determinada formação social implica um conjunto de

processos de trabalho, cujo sistema constitui o processo de produção do modo de produção considerado. Em *O Capital*, no capítulo que trata do processo de trabalho e do processo de produzir mais valia, Marx aponta o objeto de trabalho ou a matéria-prima extraída sob diversas formas da natureza, os instrumentos de produção, e a força de trabalho como os elementos que intervêm em qualquer processo de trabalho e que, em conjunto, formam a unidade das forças produtivas. Esses três elementos formam a unidade dos processos de trabalho e se relacionam pela intervenção dos agentes que atuam sob o objeto de trabalho, empregando o instrumental de trabalho. O complexo dos objetos de trabalho e dos instrumentos de produção formam o que Marx chamou de meios de produção e se encontram à disposição dos homens em cada época histórica, indicando as condições sociais em que o processo de trabalho se realiza.

Para compreender a dinâmica interna desse complexo das forças produtivas que conforma os processos de trabalho é preciso considerá-lo como uma unidade contraditória que se expressa pelo efeito das relações sociais de produção existentes em cada formação social. As forças produtivas só podem ser postas em movimento sob relações sociais de produção, quer sob a forma de não cooperação, quer sob a forma de cooperação. Na formação social capitalista, onde coexistem classes antagônicas, os agentes da produção atuam sobre os objetos de trabalho por meio dos instrumentos de trabalho e em relações sociais de produção caracterizadas pela presença não só dos agentes de produção como também dos donos dos meios de produção que embora intervenham na produção, não participam dela diretamente. Vale ressaltar que as relações sociais de produção se apresentam de tal modo no capitalismo, a ponto de condicionar o uso dos meios de produção pelos agentes da produção ao controle do capitalista. Nas formações sociais capitalistas o controle do capitalista sobre os trabalhadores que põe em funcionamento os meios de produção é condição indispensável para que o trabalho seja social.

Essa forma de fazer intervir os elementos do processo de trabalho nas formações sociais capitalistas determina que as relações sociais de produção sejam relações de exploração, cujo mecanismo, explicitado por Marx, consiste no valor cedido pelo capitalista ao trabalhador, em troca da compra da utilização de sua força de trabalho,

valor esse que representa o quantum necessário para a sua reprodução. A exploração da força de trabalho se dá no momento em que, no próprio processo de produção, o capitalista extrai um valor a mais daquele utilizado na compra da força de trabalho. Esse mecanismo encerra a principal característica do modo de produção capitalista que é a de produzir a mais-valia e de produzir o próprio capital.

Se as relações sociais de produção capitalistas, que são relações de exploração, se dão no interior da produção através da extração da mais-valia, elas se manifestam também na maneira como se organizam todos aqueles que atuam nos processos de trabalho. A divisão do trabalho nas formações sociais capitalistas atingem um nível bastante elevado de complexidade, tendo em vista o próprio desenvolvimento das forças produtivas e exige um aprimoramento crescente no que diz respeito à definição e à distribuição dos postos de trabalho necessários para a organização, a coordenação, a direção e a execução do processo de produção. Nas formações sociais capitalistas essa definição e essa distribuição se dão com base na divisão de classes existente na sociedade.

Se, em qualquer formação social as forças produtivas, quando postas em movimento pelas relações de produção, são responsáveis pela produção das condições materiais dessas formações sociais, é certo que essa produção precisa ser reproduzida, sob pena dessas formações sociais desaparecerem. Ao reproduzir as condições de produção cada formação social reproduz necessariamente as forças produtivas e as relações de produção. A reprodução dos meios de produção e da força de trabalho, que formam a unidade das forças produtivas, se realizam de maneiras distintas. Em *O Capital* Marx mostrou o mecanismo global da reprodução ampliada das condições de produção na sociedade capitalista, estudando as relações de circulação do capital na produção dos meios de produção e na produção dos meios de consumo e a realização da mais-valia.

Diferentemente do processo de reprodução dos meios de produção, a reprodução da força de trabalho, no capitalismo, não se passa totalmente no interior da esfera produtiva. Por um lado, sua reprodução é feita por meio do salário, meio material de garantir a reposição da força de trabalho, já que ele representa a parte do valor

produzida pelo seu desgaste e necessita ser reposta. Contudo, para reproduzir a força de trabalho no capitalismo, não basta garantir as condições materiais de sua reprodução. Para que a força de trabalho se reproduza para uma dada forma de produção, esta deve ser dotada de uma competência, de uma habilitação, possibilitando a sua utilização no sistema complexo do processo de produção, nos postos de trabalho e sob relações sociais de produção correspondentes. O desenvolvimento das forças produtivas e o tipo de unidade historicamente constituída das forças produtivas exige que a força de trabalho seja habilitada para atender as exigências da divisão social do trabalho em seus diferentes postos. Este é o motivo pelo qual a reprodução da qualificação da força de trabalho no capitalismo, diferentemente das formações sociais anteriores, não se dá na produção mas fora dela, através do sistema escolar, segundo as exigências diversas colocadas pela divisão social do trabalho.

Tal qualificação pressupõe a aprendizagem dos códigos necessários para saber ler, escrever, contar, de modo a garantir o domínio dos elementos básicos da cultura científica, mas pressupõe também o aprendizado das regras de conduta necessárias e condizentes com o lugar definido pela divisão social do trabalho. Ou seja, a reprodução da força de trabalho se faz pela sua qualificação, qualificação essa em que está subtendida a sujeição ideológica do trabalhador ao capital.

Essa síntese do mecanismo de reprodução das forças produtivas faz intervir o mecanismo de reprodução das relações sociais de produção. Se toda formação social precisa produzir suas condições materiais, somente do ponto de vista da reprodução é possível compreender o mecanismo de funcionamento, assim como a articulação das diferentes instâncias presentes na totalidade orgânica que constitui um modo de produção.

Para Balibar, que procurou sistematizar sua concepção marxista da teoria da história, formulando as suas proposições sobre a dinâmica interna do “todo social”, deve-se pensar qualquer estrutura social como uma totalidade complexa, onde os diversos elementos que compõe essa totalidade se desenvolvem e se articulam de maneira absolutamente desiguais. Essa dinâmica interna própria da totalidade complexa forma uma unidade contraditória entre seus elementos e implica necessariamente uma

relação de dominação e subordinação entre eles, dependendo do lugar e da função que cada um desses elementos assume na estrutura social. Portanto, a existência da dominação e da subordinação entre os elementos do todo social é essencial à própria complexidade, sem o que uma estrutura deixaria de ser complexa, pois o modo como se desenvolvem e se articulam os elementos do todo complexo é que constitui a unidade contraditória. A estrutura do todo, a diferença das contradições ou as formas de articulação das contradições é a própria existência do todo. A totalidade só existe sob a condição de que em seu interior haja o movimento ou a dinâmica das contradições.

Essas considerações levaram Balibar a formular uma hipótese sobre a mudança histórica. Se uma estrutura não nasce de dentro da estrutura anterior, é preciso pensar a transição de um modo de produção para outro por meio de uma lógica distinta da reprodução desse modo de produção. Reprodução e transição são objetos que pertencem à teorias distintas.

Do ponto de vista da reprodução, as contradições internas do todo social existem, mas permanecem circunscritas nos limites estruturais do modo de produção e apesar de não originar um novo modo de produção, essas contradições fazem surgir elementos que não necessariamente se inserem no processo de reprodução, podendo vir a ser reorganizados numa nova estrutura social. Isso não é o mesmo que dizer, tal como Hegel, que todas as coisas trazem dentro de si o princípio de sua própria destruição e, nessa direção, que o novo surgiria no decorrer do movimento, superando gradualmente o velho do qual nascera. Ao contrário da idéia hegeliana de conservação, é preciso pensar a reprodução como uma dinâmica que produz efeitos contraditórios em seu interior e faz surgir novos elementos da realidade que podem vir a ser articulados numa nova unidade em outro modo de produção.

Essa breve síntese de alguns elementos conceituais que constituem o materialismo histórico serviu para demarcá-lo do sistema conceitual por meio do qual se assentam os pressupostos do humanismo teórico.

#### **4. Pressupostos teóricos da relação entre trabalho e educação**

Tecendo algumas considerações a respeito do percurso do GT Trabalho e Educação da ANPEd, Trein e Picanço (1995) argumentaram que esse campo de pesquisa “vem se construindo menos como um recorte no campo educacional e mais como a busca da elaboração teórico-metodológica que auxilie na compreensão da formação humana.” (p. 89).

Isso significa que o próprio processo de constituição desse campo específico de pesquisa educacional resulta da definição dos pressupostos teóricos que conduziram as análises concernentes à relação entre trabalho e educação. Dizer que o campo se conformou na busca de uma elaboração teórica para compreender a formação humana já define de uma certa maneira a problemática sobre a qual a teoria foi assentada.

Um evento importante ilustra de forma clara essa questão. Trata-se da inversão da denominação do campo de estudos de Educação e Trabalho para Trabalho e Educação.

Como se sabe, essa inversão marca o posicionamento teórico e metodológico assumido pelos estudiosos do campo. Dessa forma, o pressuposto central a partir do qual os estudos se valeram foi o de que o trabalho é o princípio educativo do homem. O homem se forma e se educa pelo trabalho que adquire determinadas características de acordo com um modo de produção específico. Por ser seu elemento de formação, o trabalho é a própria essência do homem.

Tal inversão dos termos do campo de estudos de trabalho e educação teve o intento de criticar as concepções da economia política burguesa segundo as quais a educação era uma via para o crescimento individual e para o desenvolvimento econômico e social do país.

Nessa direção, para contrapor-se às concepções dos teóricos do capital humano, seus críticos tiveram como base o conceito de alienação. O problema central que conduziu a crítica estava na suposição de que a forma ahistórica da concepção burguesa de apresentar a realidade reduziria as noções de homem, trabalho e educação a uma esfera abstrata e desprovida de suas determinações históricas e sociais. Isso porque, a

sociedade capitalista provocaria a perda daquilo que representa o próprio substrato do devir humano, sua capacidade de produzir suas condições de existência e ao mesmo tempo produzir-se a si mesmo, capacidade essa que se configura em fundamento do conhecimento humano e em princípio educativo.

A não historicidade da análise burguesa da sociedade se manifestaria segundo seus críticos na forma indeterminada de se referir ao homem como se este fosse dotado de certas faculdades imutáveis, uma vez que essas seriam inerentes a sua própria natureza. Por esse caminho os teóricos do capital humano buscariam justificar a lógica do sistema de organização econômica do capitalismo baseada num mercado em concorrência perfeita. O que moveria o funcionamento da sociedade é a racionalidade e o egoísmo do homem. Assim, a troca e a divisão do trabalho, por exemplo, resultariam simplesmente do desejo das pessoas em satisfazerem suas necessidades.

Em contraposição, os críticos argumentavam que a concepção burguesa abstrata e ahistórica da sociedade ocultaria uma realidade muito mais complexa que para além de resultante de comportamentos individuais, seria determinada por relações sociais entre classes antagônicas. No capitalismo, essas relações seriam determinadas pela cisão entre os proprietários e os não proprietários dos meios de produção, condição essa que seria a causa da alienação do trabalhador, seja pelo fato de que ele deixa de se reconhecer nos produtos de seu trabalho, seja pelo fato de que a sua inserção no processo de produção se dá sob a degradação das suas condições materiais.

Com base nessas considerações foi desencadeado o processo de delimitação do marco teórico do GT Trabalho e Educação que teve na noção de trabalho seu principal fundamento. Nesse sentido, a contradição encerra-se entre a noção burguesa de trabalho que buscando naturalizar as relações sociais existentes no capitalismo, transforma-o em simples objeto e a concepção segundo a qual o trabalho transcende a perspectiva pedagógica para constituir-se na própria essência do homem.

Sob essa ótica, o foco de análise é deslocado da relação em que a educação assume o papel de preparação para o mercado de trabalho para uma dimensão em que o trabalho é o elemento que caracteriza a própria existência humana, ou seja, o homem se

educa em contato com a natureza por meio da aquisição do conhecimento e da consciência no processo de produção de sua existência.

A partir dessa premissa foi sistematizado todo o arcabouço conceitual de crítica às concepções ahistóricas da economia política burguesa. Nesse processo, buscou-se precisar o marco teórico tendo em vista a superação das dificuldades em articular os pressupostos teóricos anunciados à realidade concreta das investigações das temáticas que buscaram apreender sob diferentes enfoques a relação entre educação e trabalho.

No meu entender, essa tomada de posição teórica situa a problemática a partir da qual foi conformada uma nova concepção teórica que estabeleceu os vínculos entre trabalho e educação.

Antes de examinar algumas noções teóricas postas pelos estudos sobre trabalho e educação que advém dessa problemática, é importante compreender os seus fundamentos.

Podemos situar essa problemática nos seguintes termos: como se sabe, em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels estabeleceram as premissas sobre as quais foi assentada a concepção materialista do mundo ao mostrarem que o ponto de partida são os homens vivos em constante relação com a natureza.

Marx e Engels serviram-se dessa premissa para mostrar que o que distingue o homem dos animais é a sua capacidade de produzir os seus meios de existência.

“Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida, passo em frente que é conseqüência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.”  
(s/d: 18)

Vemos então que os dois pensadores fazem referência a imperativos que independem de quaisquer condições sociais. A necessidade de se vestir, de se alimentar e de se abrigar é uma necessidade supra-histórica. O que vai condicionar historicamente

tais necessidades humanas são as relações sociais de produção travadas pelos homens em diferentes épocas históricas.

Portanto, me parece que é necessário perceber que entre as premissas ou antecedentes e os próprios fundamentos ou princípios do materialismo histórico há um ponto que constitui a chave de entendimento do processo histórico. Para compreendê-lo, Marx e Engels estudaram os diferentes estágios de desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e de suas respectivas formas de propriedade. Em outras palavras, o que constitui o materialismo histórico é o estudo das formas sociais (e não simplesmente biológicas) dos agrupamentos humanos em diferentes épocas históricas.

Com essas considerações quero mostrar que a problemática sobre a qual os estudos do GT Trabalho e Educação foram conduzidos situou-se dentro dos limites das premissas da concepção materialista – o trabalho transforma o homem -, mas não avançaram em direção aos fundamentos do materialismo histórico – as formas históricas e sociais de produção e reprodução dos homens.

Podemos observar essa problemática por meio do emprego de algumas noções nas análises que relacionam trabalho e educação. É o que ocorre com a noção de trabalho que é tomada em sua acepção geral. Ou seja, na relação que se estabelece entre trabalho e educação, o trabalho adquire a primazia, na medida em que ele representa o fundamento do processo de elaboração do conhecimento. Isto porque o processo de produção do saber se dá no confronto do homem com a natureza e nas relações sociais travadas em cada época histórica.

Se retomarmos as considerações anteriores sobre as formas de manifestação do humanismo teórico, será possível verificar que a noção genérica de trabalho origina-se da relação especular estabelecida entre o homem e o objeto de seu trabalho e todos os efeitos de alienação resultantes dessa relação.

Uma observação a respeito do emprego genérico da noção de trabalho nos estudos que tem como temática a relação entre trabalho e educação foi feita por Tumolo

(1997). Ele fez uma análise crítica da bibliográfica sobre o tema da “reestruturação produtiva no Brasil” e chamou a atenção para alguns problemas teóricos e metodológicos que impedem a apreensão do fenômeno em todas as suas determinações, identificando o limite dos estudos que trazem como referencial de análise o trabalho concreto, na medida em que abstraem o processo de trabalho de sua subordinação à lógica capitalista.

Podemos notar os obstáculos encontrados nas análises que empregam a idéia genérica e abstrata de trabalho quando verificamos a maneira pela qual Marx analisou a sociedade capitalista. A análise só foi possível em função do sistema conceitual por ele formulado. Nesse sentido, noções como trabalho só adquiriram sentido na medida em que foram empregadas como conceitos que permitiram compreender a realidade investigada. Assim, a noção de trabalho ganha força de conceito quando se articula à força de trabalho, trabalho concreto, trabalho abstrato, etc. No plano da análise social, isso corresponde a dizer que para pensar a natureza do trabalho, Marx o fez pelas condições sociais de seu emprego.

A alusão aos meios de trabalho – objetos e instrumentos - e às condições em que o trabalho é realizado indica a maneira pela qual Marx fez intervir os conceitos, diferenciando-se da concepção burguesa que confere ao trabalho uma “força criadora sobrenatural”. Essa é, inclusive, a única via de superação do emprego de noções abstratas e genéricas na análise dos fenômenos sociais.

A segunda questão a ser problematizada está relacionada à temática específica do presente trabalho. Entre as pesquisas que tratam das mudanças nas condições de produção e a educação do trabalhador a politecnicidade é sem dúvida, um das questões que polemizam os estudiosos da área de trabalho e educação.

A idéia da politecnicidade está associada à superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. Os estudiosos da área de trabalho e educação partem da suposição de que o sistema capitalista faz o homem perder a sua essência, na medida em que a intensificação da divisão social do trabalho fragmenta o processo de produção

entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Nesse processo, o trabalhador se vê mutilado por perder a capacidade de domínio da totalidade do processo de trabalho.

Os estudiosos argumentam que numa sociedade baseada na socialização dos meios de produção o processo produtivo deve ser colocado a serviço de toda a sociedade, daí a suposição de que a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual seria superada já que ambos formariam uma unidade indissolúvel em qualquer processo produtivo e sua separação teria sido condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo. Trata-se, portanto, de adotar a politecnicidade como um instrumento que possibilite o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo produtivo moderno.

Há questões aqui que devem ser discutidas.

No que concerne à educação escolar, a transmissão do acervo cultural e científico acumulado pela humanidade só poderá constituir-se de fato em uma unidade entre a teoria e a prática na sociedade socialista. Não obstante, é preciso notar que se as sociedades socialistas devem perseguir a superação da divisão do trabalho e a conquista da unidade entre teoria e prática nos processos produtivos, elas também não poderão deixar de considerar o problema da especialização do trabalhador.

A idéia da combinação da politecnicidade com a necessidade de especialização profissional evita o equívoco de um discurso humanista genérico que tende para a idéia de um homem que faz tudo, ao mesmo tempo em que resgata a idéia do desenvolvimento multidimensional dos indivíduos.

No tocante às questões aqui discutidas parece ser equivocado supor que no processo de desenvolvimento das forças produtivas na sociedade capitalista já se encontrariam os germes que assegurariam as condições necessárias para a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, assim como supor que na sociedade socialista a divisão do trabalho seria superada.

Os mesmos argumentos que justificam o fato de que os elementos cognitivos oferecidos aos filhos dos trabalhadores pela escola capitalista só poderão ser

redimensionados na sociedade socialista, servem também para o fato de que a organização econômica e social da sociedade socialista deverá se calçar nas conquistas técnicas e científicas legadas pela humanidade, mas não poderá desconsiderar a divisão do trabalho na sociedade.

Ainda podemos tocar em mais um problema relacionado à idéia de politecnicidade. Trata-se da questão da ciência e da tecnologia. O avanço tecnológico atingido na sociedade atual, obedece a um padrão e a uma lógica próprias das sociedades capitalistas.<sup>2</sup> Isso significa que tanto o incremento da tecnologia, quanto a sua utilização não gozam de nenhuma autonomia, mas estão subordinados às relações sociais que as determinam. Portanto, o avanço tecnológico por si só não poderá garantir o “reino da liberdade”, ou a perda da condição da alienação humana; somente em uma sociedade sem antagonismos de classe é que a ciência e a tecnologia deverão adquirir um caráter de reconciliação do homem com a natureza.

Essa questão é tratada por diversos autores que analisam os impactos do avanço tecnológico na educação. Em muitos desses estudos, percebe-se uma ênfase nas forças produtivas, sem levar em conta as relações de produção que as comandam, numa compreensão de que o avanço do progresso técnico vem demandando uma elevação do patamar de qualificação.

No meu entender, esse equívoco se deve à análise unilateral da relação entre trabalho e educação. No caso da politecnicidade, o que se verifica é que a discussão fica limitada ao avanço das forças produtivas, desconsiderando-se as relações sociais de produção que no capitalismo são relações de exploração. Portanto o que faz a classe trabalhadora se submeter ao capital é o fato de que o capitalismo é um modo de produção que tem como objetivo primeiro não a produção dos objetos de utilidade social, mas a produção da mais-valia e a produção do capital. Ou seja, no modo de produção capitalista a produção dos objetos de utilidade social é inteiramente

---

<sup>2</sup> Em um artigo em que discute a questão da tecnologia no socialismo, Wallis (2006) nos leva a questionar a própria viabilidade do avanço tecnológico nas sociedades capitalistas, na medida em que esse avanço estaria subordinado a uma racionalidade própria do capitalismo.

subordinada à produção da mais-valia, isto é, à produção ampliada do capital. A própria produção está subordinada à exploração e portanto, a produção ampliada do capital.

Sob essas condições e não pelo fato do trabalhador se alienar dos produtos de seu trabalho que a classe burguesa pode exercer seu domínio político e ideológico sobre a classe trabalhadora.

## 5. Considerações finais

Se é correto afirmar que a fundação da ciência da história – o materialismo histórico – representou uma ruptura na obra teórica de Marx e que esta elaboração permitiu pensar o modo de produção como uma combinação de elementos, contrariando, assim, o caráter evolucionista e mecanicista da mudança histórica, é necessário, então, definir os elementos que compõem a estrutura social do modo de produção (capitalista), assim como apreender a dinâmica da reprodução dessa estrutura.

Que elementos são esses? São o trabalhador (força de trabalho), os meios de produção e o não-trabalhador (proprietário) que, por meio de sua combinação e variação de acordo com a relação de propriedade estabelecida, reconstituem qualquer modo de produção e fazem refletir em todas as suas instâncias a especificidade das formas históricas. Todo modo de produção implica a combinação desses três elementos por meio de determinadas relações. Essas relações se dão por intermédio da dinâmica entre as diversas instâncias presentes na “totalidade social” – a instância econômica, a política, a ideológica, e tantas outras. Essas instâncias se expressam por meio de “práticas” e se materializam através das instituições ou dos aparelhos.

Esta breve sistematização, que requer um longo desenvolvimento, traz a seguinte questão, ao pensarmos na temática que constitui o objeto do presente estudo: a pesquisa sobre as mudanças nas condições de produção e suas consequências na educação do trabalhador implica, necessariamente, pensar o modo de produção capitalista como uma “totalidade social” onde atuam, de maneiras distintas, as diversas instâncias, estabelecendo a dinâmica existente no modo de produção e reproduzindo, com isso, sua estrutura social.

Esta proposição traz como desafio a tentativa de trabalhar com um sistema conceitual que permita pensar a temática em foco a partir de um terreno distinto do humanismo teórico. Este deslocamento de problemática e a instauração da problemática do materialismo histórico requer a priori o estabelecimento de determinados pressupostos e questões totalmente distintas da problemática que se pretende afastar.

Em outras palavras, como pensar numa totalidade social dada – o modo de produção capitalista – com sua dinâmica própria que implica a combinação dos elementos da estrutura, por meio de das instâncias econômica, política, ideológica, etc.? Desde já, é possível definir alguns elementos que, pensados no terreno do humanismo teórico constituiriam-se em obstáculos epistemológicos para a apreensão do objeto de estudo. Ou seja, para apreender a articulação que se estabelece entre a educação e o trabalho seria preciso afastar-se do terreno das noções de cultura, escola, trabalho e homem, etc, para pensar essa relação a partir dos conceitos de ideologia escolar, classes sociais, forças produtivas, valorização do capital, etc.

## 1. Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. “Sobre o jovem Marx” (Questões de Teoria). In: *Análise crítica da teoria marxista* (39-74). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- \_\_\_\_\_. A querela do humanismo. *Crítica Marxista*, nº 9 (9-51). São Paulo: Xamã, 1999.
- \_\_\_\_\_. A querela do humanismo (II). *Crítica Marxista*, nº 14 (48-72). São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- BALIBAR, Etienne. Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico. In: *Ler O Capital*, vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. livro primeiro, volume I. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. *A questão judaica*. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. Portugal: Editorial Presença, Brasil: Livraria Martins Fontes, volume I, 3ª ed., s/d.
- TUMOLO, Paulo Sergio. Metamorfose no mundo do trabalho: revisão de algumas linhas de análise. In: *Revista Educação & Sociedade*. Cedes: UNICAMP, nº 59 (333-350), agosto, 1997.

WALLIS, Victor. *Socialismo e tecnologia: uma visão setorial*. In: *Crítica Marxista*, nº 22 (55-74). RJ: Editora Revan, 2006.